

RUÍNAS DA NOSSA IDENTIDADE

Luiz Oosterbeek*

E é como se a alma que não há, a vitalidade interna destas casas inacabadas, a presença do homem na pedra, é como se do que ficou de tudo o que ruiu, eu a sentisse ainda como um bafo na face, o calor humano do que outrora, na perda da memória, para um sono harmonioso me aqueceu.

Vergílio Ferreira

O impacte é ambiental, mas igualmente cultural, económico, social e moral. Só no Alto Ribatejo arderam mais de 130.000 hectares. Cerca de 40% da região! Mais de 80% de alguns concelhos!

Grandes extensões do País são, agora, um tapete de negro e cinza, ao qual, teimosamente, se contrapõem as cidades, vilas e aldeias que refazem a sua vida, mas também as ruínas materiais de vidas passadas. Muros, represas, sistemas de irrigação e de cultivo, monumentos megalíticos, arte pré-histórica, azenhas, ruínas romanas... São a memória material da vida nos territórios que arderam, são a presença do homem na pedra, de que falou Vergílio Ferreira. E são eles que, agora, estão em maior perigo!

As chuvas de Outono e a limpeza da floresta irão destruir inúmeros vestígios, apagando o que resta da memória desses lugares. Se tal acontecer de forma descontrolada, o que restará para as populações desses locais? Com que memórias materiais se poderão identificar? Sem árvores, mas também sem memórias, como resistir à pressão para abandonar o interior e reforçar a concentração urbana à volta da capital? Para quê?

O que está em jogo nesta hora, no Médio Tejo e noutras regiões do País, é o futuro do povoamento. E não haverá povoamento, não se impedirá o êxodo humano (sobretudo dos jovens), se não se assegurar a viabilidade global da região: económica e cultural.

Há vários anos que se tem verificado que o crescimento do sector terciário, em particular do turismo, é essencial para promover o desenvolvimento das regiões do interior. O actual cenário, de desolação de parte significativa do território, coloca dificuldades neste sector estruturante do crescimento económico que é o turismo (no qual a componente cultural passa a ter uma valia claramente mais forte do que a ambiental, no curto prazo).

Permitir que a desejada e urgente reconstrução se faça sem cuidar dos vestígios do passado, é comprometer o futuro. Enfraquecer culturalmente as regiões que foram assoladas pelo fogo é asfixiar o que lhes resta de capacidade de regeneração. O Património Cultural é, aqui, uma alavanca moral e um recurso económico insubstituível. Deixar destruir os vestígios que marcam a identidade das paisagens ardidas, é apagá-las da memória e impossibilitar a sua reconstrução. O caminho para a desertificação, para a extinção de diversos municípios, para o agravamento da litoralização, seria assim acelerado. Sem identificação com o território, os jovens tenderão a partir. Sem recursos

* Director do Departamento de Gestão de Território do Instituto Politécnico de Tomar e Coordenador do Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo

patrimoniais que se possam valorizar, o turismo definhará. Diminuindo a população, a indústria fechará portas, procurando lugares com maior oferta de mão de obra.

Este cenário não é irrealista. Ainda há poucos dias foi divulgada uma projecção que aponta para que, dentro de poucos anos, e se nada for feito para o contrariar, mais de 45% da população gravitará à volta de Lisboa. Muito se fala dos problemas de litoralização e de isolamento do interior; mas esta é a hora de agir!

O governo deu um sinal positivo, ao afirmar que não irá promover intervenções precipitadas na floresta. Importa, também, que se promova um inventário urgente do Património Cultural das áreas ardidas, antes que ele comece a perder-se para sempre.

Esta deve ser a primeira prioridade, dado que não possuímos inventários nacionais rigorosos, especialmente para os vestígios etnográficos e arqueológicos, facto que resulta de anos de centralismo burocrático na gestão desse Património.

Esta é a prioridade que começou a ser levada a cabo pelo Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Ribatejo, num esforço que envolve autarquias, associações e o Ensino Superior. De facto, os agentes regionais estão bem conscientes da situação, e é por isso que iniciaram um plano de emergência para o inventário dos bens culturais, que se desenvolverá até final de Outubro, e deverá contar com o apoio do Ministério da Cultura.

Na hora da reconstrução, perante a qual o ânimo das populações e das autarquias é exemplar, é essencial firmar “âncoras” que assegurem a continuidade da identidade territorial. Será à sombra delas, dessas ruínas que são o alicerce do nosso futuro, que os habitantes sentirão, de novo imersos em verdes paisagens, o calor humano de outrora e se sentirão, por isso, em sua casa.